



## Política

**PAULO TRIGO PEREIRA**  
**DEPUTADO DO PS E ECONOMISTA**

# ‘Marcelo parece que é uma segunda câmara governativa’

Luis Claro  
luis.claro@sol.pt

Trigo Pereira defende que casos como o da TSU não se podem tornar frequentes e que Bloco de Esquerda e PCP têm de ser «razoáveis».

**É professor catedrático de finanças públicas no ISEG. Fez toda a carreira no ensino. Está a gostar de ser deputado?**

Tem sido interessante. Um dos objectivos da minha vinda, além de modestamente poder contribuir para melhorar a situação do país, é perceber a lógica de funcionamento política e parlamentar e nesse aspecto estou a aprender muitas coisas. Eu na universidade ensino estas matérias e agora passei da teoria à prática.

**É muito diferente.**

Eu trazia alunos aqui à Assembleia. Havia coisas que eu já sabia. Por exemplo que há regras escritas e há regras não escritas, mas aprende-se muita coisa sobre a dinâmica parlamentar.

**Conseguiu adaptar-se às lógicas partidárias?**

Eu sou independente, mas integrado no grupo parlamentar do PS. Temos funcionado bem. Eu acho que sou útil ao PS, expressando as minhas opiniões. A única coisa que eu lamento é que na única reunião em que nós podemos conversar no grupo parlamentar, supostamente há porta fechada, existam sempre fugas de informação. É a única coisa que tem funcionado menos bem, mas já percebi que faz parte do *modus operandi*.

**Não tenciona aderir ao PS?**

Nunca me senti discriminado por não ser militante do Partido Socialista. Não excluo essa hipótese no futuro. Até já tenho uma pessoa, que é o dr. Jorge Sampaio, que se isso vier a acontecer, subscreverá a minha

“

**Marcelo Rebelo de Sousa tem tido uma intervenção excessiva. Uma leitura demasiado presidencialista do nosso regime**

**O Presidente da República ajudou a deitar abaixo António Domingues**

”

adesão ao PS. Sou independente porque há coisas que não me agradam no funcionamento dos partidos, mas não excluo essa hipótese.

**A única organização política a que pertenceu foi ao MES (Movimento de Esquerda Socialista)?**

Exatamente. A minha atividade política resumia-se àquele período do PREC. Até 78. Até acabar o MES. Eu era dirigente liceal e foi uma época muito intensa. Tive, nessa altura, uma vida política muito intensa. Eu diria demasiado intensa para um jovem. Hoje acho que teria feito outras coisas.

**Era de esquerda nessa altura.**  
Sim. Era e continuo a ser.

**Presumi que não é tão à esquerda como nessa altura**

Eu, aqui no grupo parlamentar, nalgumas coisas sou moderado, talvez nas coisas mais económicas, nas questões sociais, nomeadamente LGBT e outros direitos sociais, se calhar sou mais à esquerda. Considero-me uma pessoa de esquerda. Julgo que há uma maneira mais profunda de ser de esquerda quando já se tem algum conhecimento. Para lhe dar um exemplo: não basta dizer que queremos defender o Estado Social ou que queremos defender a Segurança Social. Temos de ter a noção económica do que é que permite essa sustentabilidade.

JACQUES PEREIRA







**Julga há uma certa ignorância ou desconhecimento da realidade na esquerda mais radical?**

Eu diria que uma das coisas para a qual esta solução governativa tem contribuído é para que os partidos à esquerda do PS tenham mais informação. Havia algum desconhecimento dos dados e da realidade e a forma como funciona este arranjo governativo faz com que exista mais informação acessível ao BE, PCP e PEV. Isso permite que esses partidos façam uma reflexão mais aprofundada.

**Tem pena que o programa em que participou com outros economistas e que foi elaborado para o PS não tenha sido colocado em prática?**

Não diria isso. Há coisas que foram colocadas em prática e outras que não foram. Apenas para dar um exemplo, em relação aos trabalhadores em funções públicas, aquilo que estava no nosso documento é o que está a ser implementado, ou seja, a reposição salarial nos dois primeiros anos da legislatura e a abertura gradual e progressiva das carreiras e remunerações na segunda parte da legislatura. Há outras medidas que, obviamente, eu lastimo que não tenham sido implementadas.

**Como por exemplo**

Por exemplo o complemento salarial anual para os trabalhadores pobres, mas que descontam para a Segurança Social. Mas isso faz parte da política. Como sabemos este governo assenta numa base de acordos parlamentares com os partidos à esquerda e houve que fazer cedências.

**O que é que falhou para que as previsões não batassem certo com a realidade, nomeadamente em relação ao crescimento económico?**

Há uma única variável que explica a divergência entre as nossas previsões e aquilo que está a acontecer e essa variável é o investimento. Nós fomos talvez ligeiramente otimistas relativamente à execução dos fundos comunitários e aquilo que veio a verificar-se foi uma taxa de execução muitíssimo inferior àquilo que nós desejaríamos, nomeadamente na parte do investimento público, na parte das autarquias locais. Há um conjunto de programas e de burocracias que são necessárias fazer ao nível local para implementar esses

“

**O PS é o partido mais votado e deve ter a liberdade de implementar aquilo que está no seu programa**

**Se os partidos que suportam o Governo forem razoáveis esta solução dura a legislatura**

”

projetos de investimento e não foram feitas.

**A previsão para o crescimento era de 3,1% em 2017. É uma diferença significativa. Está apenas relacionado com os fundos estruturais**

Tem sobretudo a ver com os fundos estruturais, porque o investimento público neste momento é o investimento alavancado com fundos estruturais. O privado também é, em parte, mas sobretudo o público é completamente alavancado em fundos estruturais. O atraso no arranque do quadro comunitário, que vai ser acelerado em 2017 e sobre isso não tenho dúvidas, provocou um crescimento mais fraco. Também houve uma variável que nós não controlamos que é a procura externa, ou seja, o crescimento mundial e da zona euro, em particular, foi inferior ao que era previsto na altura. Nós fizemos o trabalho até abril de 2015 com as previsões que existiam até essa data.

**Mas o Governo falhou naquela que era a grande bandeira do PS, que era o crescimento económico**

A bandeira do PS na campanha eleitoral foi o emprego e nós estamos a verificar que acelerou o emprego. Foram criados mais de 70 mil empregos líquidos e reduziu significativamente a taxa de desemprego. A questão essencial,

muito anunciada na campanha e no programa de Governo, é a questão do emprego.

**Foi desde o início simpatizante desta solução à esquerda?**

Eu, por princípio, sou favorável a governos maioritários.

**Mesmo que, como nesta solução que foi encontrada, não existam garantias para os quatro anos da legislatura. Nada nos garante, por exemplo, que o próximo orçamento seja viabilizado pelo BE e PCP?**

Os acordos estabelecem linhas de orientação, de diálogo e de convergência entre o Partido Socialista e os partidos à sua esquerda. Nós não estamos, quando chega um novo Orçamento do Estado, a negociar como se não houvesse nada. Há um programa de Governo, que é a base – eu diria que deveria ser a base de tudo o que não está nos acordos – e depois há os acordos parlamentares que têm de ser respeitados. E, portanto, há uma base de entendimento para as questões da governação.

**Isso é suficiente para sustentar os quatro anos da legislatura.**

Se os partidos que suportam o Governo forem razoáveis esta solução dura a legislatura.

**O que é que significa serem razoáveis?**

Há dois tipos de divergências e de exigências. As que estão relacionadas com os acordos e têm sido cumpridas e há outros tipos de exigências programáticas. E sobre isso eu distingo as questões que devem ser discutidas em termos parlamentares, das quais resultam leis, das deliberações do Governo em termos de decreto-lei. Acho que as eventuais divergências em relação a decretos-lei do Governo não devem ser, por regra, chamadas à Assembleia da República em apreciação parlamentar. Temos de ter bem presente o programa do Governo e bem presente os acordos. Em relação ao que não está nos acordos, o PS, que é o partido mais votado, deve ter a liberdade, em grande medida, de implementar aquilo que está no seu programa.

**O que está a dizer é que o Bloco e o PCP não devem ter a tentação de ir para além dos acordos até ao fim desta legislatura.**

Os partidos que apoiam o Governo têm posições diferentes do >





> Governo. Nós sabemos isso. O PS é um partido moderado e tem um programa que é diferente do programa do PCP, do Bloco de Esquerda e dos Verdes. O que acho é que essas divergências não se devem traduzir, por regra, em apreciações parlamentares de decretos-lei do governo, porque isso é limitar a ação do governo. Teríamos um governo parlamentarizado, o que não é bom em nenhuma democracia. O executivo deve ter autonomia de atuação.

**Defendeu que o governo devia apresentar uma moção de confiança na sequência do caso da TSU. Era importante uma clarificação?**

Como já referi não gosto das fugas de informação no grupo parlamentar, mas tendo existido importa tornar rigoroso aquilo que eu disse e aquilo que eu penso. O que eu penso é que – e é algo que não acredito que aconteça se os agentes políticos forem razoáveis –, se se efectivasse um pedido de uma, duas, três ou mais apreciações parlamentares de decretos do governo, se esta excepção se tornasse muito frequente, o Governo deveria apresentar uma moção de confiança. Em relação a isso não tenho dúvidas. Isso significaria que os partidos à sua esquerda já não estavam a aceitar, por regra, a legitimidade executiva do Governo ou estavam a questionar a legitimidade do Governo. Estou convicto que não ira acontecer, porque acredito na razoabilidade dos líderes políticos de Bloco, PCP e Os Verdes.

**Se tivesse que apostar diria que o Governo vai durar até ao final da legislatura?**

Esta solução governativa tem todas as condições para chegar ao final da legislatura, desde que se cumpram alguns princípios básicos de interpretação dos acordos. Um dos princípios é que não pode haver apreciações parlamentares sucessivas de decretos do Governo. Isso significaria colocar em causa a própria separação de poderes. A Assembleia da República é para legislar e o Governo é para executar. Acho que isso não vai acontecer e que há condições para terminar com sucesso a legislatura. Nós temos a noção daquilo que nos une e daquilo que nos divide e daquilo que é acessório e daquilo que é essencial. A questão da dívida é essencial para o futuro do país

**Mas o problema da dívida está longe de unir o PS e os partidos à sua esquerda?**

Temos um denominador comum que eu acho que é mais do que suficiente. Nós achamos que o montante que pagamos em juros da dívida pública é inaceitável, porque desvia recursos que poderiam ser aplicados no país. Este é o denominador comum que é essencial. Não vai ser fácil e é nele que nos temos que nos concentrar.

**O PCP relaciona a renegociação da dívida com a saída do euro. É uma posição que não podia estar mais distante daquela que o PS tem assumido?**

Mas essa questão não se coloca. Uma coisa é colocar-se em termos de linhas programáticas desses partidos, outra coisa é colocar-se do ponto de vista da governação e do ponto de vista da governação temos o programa do Governo. Esses partidos sabem que o PS defende o euro numa arquitectura melhorada e trabalha para melhorar a arquitectura que suporta o euro. Não está em cima da mesa, nem nunca estará.

**O ministro das Finanças tem tido algumas dificuldades no interior do Governo. Conhece-o há muito tempo. Está a ser um bom ministro?**

Conheço-o há muitos anos. É meu colega da faculdade. Ele tem tido um óptimo desempenho. Fomos bem-sucedidos, quer na parte do sector financeiro, quer na parte orçamental. Tivemos o défice mais baixo em democracia. Nesta dimensão teve sucesso. Na dimensão financeira aquilo que ele conseguiu com a equipa de António Domingues na Caixa Geral de Depósitos foi um sucesso, ou seja, convencer as instituições europeias a aceitar que íamos injectar dinheiro público na Caixa Geral de Depósitos e não ser uma ajuda de Estado. Assim como teria sido um sucesso a administração que ele nomeou se não fossem os acontecimentos políticos subsequentes. Eu diria mesmo que foi precisamente por ser um sucesso que o PSD deve ter decidido, numas reuniões lá da sua cúpula política, que iria tentar transformar o que foi um sucesso numa coisa problemática. Conseguiram de facto introduzir algum ruído e alguns problemas.

JOÃO POPEIRO



**Mas não foi o PSD que esteve na origem dos problemas com as declarações de rendimentos e património que levaram à demissão de António Domingues. Julga que o poder político se portou bem com a administração da Caixa Geral de Depósitos?**

Acho que em relação à declaração de rendimentos o poder político actuou como devia ter actuado. Não nos passaria pela cabeça que algum titular de nomeação política não fosse obrigado a entregar essas declarações, o que não quer dizer que

elas tenham de ser tornadas públicas. O poder político fez bem. Já não teve bem o poder político, em particular o PSD, em criar um problema para tentar atingir o ministro das Finanças e o primeiro-ministro. O PSD usou inúmeras estratégias para deitar abaixo António Domingues e, infelizmente, Marcelo Rebelo de Sousa ajudou.

**Não esteve bem o Presidente da República?**

Acho que o Presidente da Repú-

blica, genericamente tem estado bem, principalmente do ponto de vista de perceber que a estabilidade é muito importante. Mas não esteve bem no caso da Caixa Geral de Depósitos, porque pressionou uma solução imediata e as coisas levam o seu tempo. E também acho que Marcelo Rebelo de Sousa tem tido uma intervenção excessiva. Uma leitura demasiado presidencialista do nosso regime semipresidencial.





## ‘A Lone Star e a Apollo não dão garantias nenhuma’

Paulo Trigo Pereira defende que a solução ideal para o Novo Banco seria a venda «a um privado credível».

**Qual é a melhor solução ou a menos má para o Novo Banco?**

Não há soluções muito boas para o Novo Banco. Eu preferia uma solução credível e estável dada a importância do banco para a economia nacional. Com o mínimo de impacto para os contribuintes. Quer a Lone Star, quer a Apollo, não dão garantias de que estas condições sejam satisfeitas. Eu preferia uma de duas situações: ou uma nacionalização temporária com vista a uma privatização futura ou uma privatização, mas a privados que deem garantias.

**Não lhe agradam as propostas que estão em cima da mesa?**

As propostas que nós conhecemos não são nada satisfatórias e as entidades a mim também não me dão garantias nenhuma. A Lone Star é um fundo que investe para recapitalizar e ver-se livre dos ativos. Comprou quatro centros comerciais da Dolce Vita em Portugal e uns meses depois vendeu três ao Deutsche Bank. Não dá garantias

nenhuma de estabilidade e não lhe interessa nada a economia portuguesa. Interessa-lhe o lucro rápido e fácil. A mim não me convence. Há ainda uma vaga possibilidade dos chineses. Eu entre capitalismo de Estado e capitalismo selvagem prefiro o capitalismo de Estado.

**O Governo está a fazer tudo para vender o banco**

Eu percebo os argumentos para a não nacionalização. A nacionalização tem vantagens e inconvenientes como tudo na vida. As vantagens são que nós sabemos que o Estado vai tentar valorizar o banco e que ele desempenhe a sua função. Mas tem dois problemas a nacionalização e devemos estar cientes deles. O primeiro é que não sabemos quais são as necessidades de recapitalização futura, ou seja, não sabemos exatamente quais são as necessidades de injeção de capital, porque no fundo somos nós a pagar. O segundo problema é que dá um sinal externo aos mercados de que o país não consegue valorizar um ativo financeiro que tem e como não consegue e os mercados não tem apetência por ele tem de o nacionalizar. Tem benefícios, mas também tem custos. A solução ideal seria vender a um privado, mas um privado que seja credível.

**Que garantisse a continuidade do banco...**

Exatamente. Um privado que tivesse um projeto. Ninguém sabe qual é o projeto a Lone Star ou da Apollo para o Novo Banco. Um privado credível e que esteja disposto a investir algum do seu capital no banco. Se nada disto acontecer mais vale nacionalizar temporariamente. Mas não há boas soluções. Isso não há.

“  
A nacionalização tem benefícios mas também tem custos. A solução ideal seria vender a um privado, mas um privado que seja credível”

**Há quem diga que o Presidente da República se comporta, por vezes, como se fosse o primeiro-ministro?**

É o que eu digo. Há dois lados. Há um lado que é importante para o país que é o de assegurar a estabilidade política e ele tem estado bem no apoio que dá à estabilidade política. Mas, às vezes, parece que é uma segunda câmara governativa. Acho excessivo.

**Foi fundador da associação Am-**

**plos. Como é que tem sido essa experiência?**

Sim. A minha mulher e eu criámos esta associação de mães e pais para dar apoio aos jovens LGBT, porque temos duas filhas e uma delas tinha namorado e outra tinha namorada.

**É uma associação dirigida aos pais**

Sim. Dirigida aos pais. A minha mulher é que é a grande empreendedora, eu sou apenas apoiante. Quando nós nascemos para uma

nova realidade achamos que a temática da discriminação, seja ela qual for, nos obriga a fazer alguma coisa. E tem sido uma experiência muito enriquecedora. Fazemos reuniões de pais e tem sido das experiências mais enriquecedoras da minha vida. É muito tocante o sofrimento das pessoas. A gente percebe que há sofrimento e também percebe que os pais depois de saírem de conversas ficam mais felizes e a perceber que há outros pais como eles.